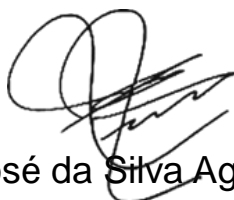


## Certificado de Participação

Certificamos que **Fernanda de Castro Soares Simplício** participou do curso **Aspectos Práticos do Registro de Imóveis(On-Line)** promovido pela Abecip Educação, nos dias 23,24,25 e 30 de maio de 2022, com carga horária de 12 horas.

São Paulo, 30 de Maio de 2022



José da Silva Aguiar  
Superintendente



Zuleica Ferreira Passini  
Gerente de Educação Corporativa



Certificado gerado em 31/05/2022 14:15  
Confirme a autenticidade do certificado em:  
<https://abecipeducacao.org.br/validacaocertificado/1r991nsb>

# Conteúdo Programático

## I. Conceito e definição legal

- 1.1. Natureza jurídica
- 1.2. Direito Estrangeiro

## II. Noções gerais sobre os cartórios de registro de imóveis

- 2.1. Função
- 2.2. Critério Funcional
- 2.3. Procedimentos internos

## III. Princípios dos registros de imóveis

- 3.1. Princípios Aplicáveis à Administração Pública
- 3.2. Princípios Aplicáveis aos Registros

## IV. Ingresso de títulos judiciais e extrajudiciais nos registros de imóveis – Aspectos Práticos

- 4.1. Títulos passíveis de ingresso: judiciais e extrajudiciais. Qualificação formal extrínseca.

## 4.2. Averbações e registros

- 4.3. Exigências. Lei 7.433/85 e Decreto 93.240/86. Art. 221, II, LRP. CNDs do INSS e da receita federal. Normas da CGJSP e CNJ. Sinergia.

- 4.4. Exigências. Lei 7.433/85 e Decreto 93.240/86. Art. 221, II, LRP. CNDs do INSS e da receita federal. Normas da CGJSP e CNJ. Sinergia.

## 4.5. Ordem judicial

- 4.6. Responsabilidade do Oficial Registrador

## V. Procedimento de dúvida

- 5.1. Natureza Jurídica
- 5.2. Legitimidade para requerer
- 5.3. Competência para a apreciação
- 5.4. Procedimento
- 5.5. Sentença
- 5.6. Suscitação de dúvida inversa
- 5.7. Coisa Julgada
- 5.8. Honorários

## VI. Retificação de Área

- 6.1. Conceito
- 6.2. Classificação
- 6.3. Efeitos
- 6.4. Distinção da usucapião
- 6.5. Georreferenciamento. Solução ou problema?
- 6.6. Conflito de interesses

## VII. Alienação Fiduciária e o Registro de Imóveis

- 7.1. Registro da alienação fiduciária (art. 22 – Lei 9.514/97)
- 7.2. Formalidades dos arts. 24, 26 e 27 da Lei 9.514/97
- 7.3. Problemáticas com a consolidação da propriedade
- 7.4. Notificação e leilões
- 7.5. Cancelamento de registro
- 7.6. Reversão da propriedade
- 7.7. Questões polêmicas

## VIII. Registro eletrônico

- 8.1. Generalidades